

A conjuntura econômica e a luta política no Brasil contemporâneo

Edmilson Costa *

Introdução

A conjuntura em que se desenvolve a luta social e política no Brasil está permeada por um conjunto de fatores que intercalam as heranças do passado colonial, a inserção dependente do Brasil no circuito internacional do capitalismo, a repressão contumaz à organização dos trabalhadores e os novos fenômenos oriundos da globalização e do neoliberalismo. Como se sabe, a formação sócio-econômica brasileira deixou marcas profundas nas relações econômica-sociais, na política institucional e na freqüente ação das classes dominantes para marginalizar o proletariado das decisões econômicas e políticas.

A partir dos anos 30, o Brasil iniciou o processo de construção do capitalismo industrial, mas numa conjuntura em que as tarefas clássicas da burguesia não foram cumpridas plenamente com a revolução tenentista. Essa debilidade provocou também deformações na construção da industrialização, uma vez que a burguesia brasileira não pode se constituir plenamente como sujeito histórico autônomo no País. Pressionada pelas forças ligadas à ordem passada e fustigada pelo capital internacional, a burguesia aliou-se naturalmente ao capital estrangeiro, formando assim uma burguesia híbrida, sem identidade nacional e inteiramente dependente das vicissitudes do curso mundial do capitalismo¹.

¹ Para melhor compreensão da problemática da formação sócio-econômica brasileira, consultar os clássicos: FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SODRE, Nelson Werneck. Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: O capitalismo em Construção. São Paulo: Brasiliense, 1987. SOUZA, Nilson Araújo. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Atlas, 2010.

Nessa perspectiva, ocorreu o Plano de Metas (1956-1959), um processo de construção industrial que reuniu o capital privado nacional, o capital estatal e o capital estrangeiro, este último passando a liderar a dinâmica da industrialização, através da indústria automobilística². A partir do início da década de 60, a sociedade brasileira se encontrou diante de dois projetos antagônicos: o projeto conservador, das forças ligadas ao capital internacional, e as reformas de base, ligadas ao desenvolvimento econômico, com distribuição de renda, com apoio dos setores populares, do governo e de setores do capital nacional. Em outras palavras, a crise da primeira metade dos anos 60 condensava os elementos fundamentais dessa contradição da formação sócio-econômica brasileira³.

O proletariado brasileiro, apesar de nascer sob a influência anarquista, consolidou, a partir de década de 30, um tipo de organização sindical atrelada ao Estado, distanciadas da luta de classe. Somente na década de 50 e início da década de 60, o sindicalismo classista consolidou a organização dos trabalhadores, ganhando sindicatos e federações importantes, realizando pactos regionais de unidade e ação, até a construção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a central sindical nacional que liderou as lutas sociais no País até a deposição do presidente João Goulart⁴.

O golpe militar foi a resposta que o grande capital encontrou para resolver definitivamente a questão nacional. A ditadura, mesmo tendo construído ou fortalecido as empresas estatais, transformou-se no esteio pelo qual o capital estrangeiro ampliou sua participação estratégica nos principais ramos da economia, uma vez que as estatais cumpriram apenas o papel de suporte para a acumulação do grande capital. O último governo militar também condensou a crise de perspectiva da sociedade brasileira: acossada pela crise internacional e pela luta democrática, a

² Para uma compreensão plena do Plano de Metas, consultar: LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

³ Para melhor entendimento dos dois projetos em disputa, consultar: COSTA, Edmilson. A política salarial no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1997.

⁴ As lutas sociais realizadas nos três anos da década de 60 podem ser melhor compreendidas em: MONIZ BANDEIRA. O Governo João Goulart – As lutas Sociais no Brasil, 1961-1964. São Paulo: Unesp, 2010.

ditadura nos estertores realizou, como última tarefa, um programa ortodoxo orientado pelo Fundo Monetário Internacional, que desorganizou a economia brasileira e colocou o País na rota de uma crise que durou mais de duas décadas (1981-2002).⁵

Realmente, a primeira metade dos anos 80 significou o fechamento de um longo ciclo da economia brasileira, iniciado em 1930. Entre 1930 e 1980, o Brasil teve um crescimento econômico médio por volta de 6% ao ano. Se analisarmos o período que vai de 1946, no final da Segunda Guerra Mundial, até 1980, esse crescimento médio anual foi de cerca de 7%. No entanto, de 1981 a 2002, o crescimento médio anual da economia brasileira foi de apenas 2,1%,⁶ representando um desempenho que inverteu radicalmente uma curva histórica de crescimento econômico e regrediu todos os indicadores sociais e econômicos do País.

Contraditoriamente, enquanto findava-se um longo ciclo da economia brasileira, iniciava-se nas suas entranhas um período de ascenso das lutas sociais: a partir do final da década de 70 e início dos anos 80 o movimento operário e sindical emergiu com uma força extraordinária, a partir das greves de São Bernardo do Campo, que posteriormente se alastrariam por todo o País,⁷ representando um dobre de finados para a ditadura militar e, ao mesmo tempo, inaugurando um processo no qual o Partido dos Trabalhadores passou a hegemonizar a luta social e política no Brasil.

Esses fenômenos ocorriam numa conjuntura em que a globalização e o neoliberalismo consolidavam sua hegemonia nos países centrais, a partir dos quais se irradiaria como modelo de dominação do capital para o resto do mundo. No Brasil, a década de 90 foi marcada pelo início das políticas neoliberais com o governo Collor e Itamar e, posteriormente, aprofundada no governo Fernando Henrique Cardoso, período no qual a economia e a sociedade brasileira foram impactadas de maneira radical pelos ajustes predatórios e regressivos. Reformas constitucionais, da

⁵ Para uma compreensão política do regime militar, consultar: MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e oposição no Brasil, 1964-1984. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. DREIFFUS, René. 1964: A conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. COSTA, Edmilson. A política salarial no Brasil – 1964-1985, op. Cit e NETO, José Paulo. Ditadura e serviço social. São Paulo: Cortez, 1994.

⁶ IBGE. Estatísticas históricas. Banco Central. Relatório Anual. Vários números.

⁷ Um apanhado das lutas sociais desse período podem ser consultadas, entre outros, em: ANTUNES, Ricardo. A rebeldia no trabalho. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

previdência, da legislação trabalhista, abertura da economia, privatizações generalizadas e ofensiva contra os salários, direitos e garantias dos trabalhadores marcaram a hegemonia neoliberal no País.⁸

O neoliberalismo reagrupou a burguesia associada brasileira, agora sob a hegemonia do setor ligado aos interesses do capital financeiro e, ao mesmo tempo, proporcionou à burguesia industrial subordinada, mediante as altas taxas de juros e facilidades creditícias e institucionais, instrumentos para manter e ampliar seus lucros no mercado financeiro (via compra de títulos públicos), nas privatizações e na contenção dos salários dos trabalhadores, fatores que acomodaram eventuais interesses contrariados.

O processo de globalização, a reestruturação produtiva e a política neoliberal mudaram qualitativamente a luta de classe no País, gerando um ambiente onde as classes dominantes realizam uma grande ofensiva contra o movimento sindical, os direitos e garantias dos trabalhadores e pensionistas. Esse conjunto de elementos passados e presentes configuram um quadro conjuntural complexo e dinâmico que precisa ser avaliado com profundidade para que as forças interessadas na transformação do País possam estruturar uma tática que possibilite colocar os trabalhadores novamente em movimento, galvanizar a formação de Bloco Histórico do Proletariado, de forma a criar uma dinâmica da luta de classes que aponte novas perspectivas para a revolução brasileira.

Pode-se observar claramente que a globalização favoreceu a uma intervenção da burguesia na luta de classes com grande truculência, controle rígido e sofisticado dos meios de comunicação, desorientação, manipulação de corações e mentes e a propagação do individualismo como solução para os problemas que afligem a população. Desenvolveu uma política de desqualificação do movimento operário e dos partidos comunistas em particular, visando construir um consenso no qual conseguiu implementar sua hegemonia durante vários anos com pouca contestação.

No outro pólo, a crise que se abateu sobre o governo Lula, o Partido dos Trabalhadores e seus aliados, representou o início do fim do ciclo da hegemonia do PT nas lutas sociais e políticas dos trabalhadores. Este partido perdeu a possibilidade histórica de liderar as transformações

⁸ Um balanço geral das políticas neoliberais da década de 90 pode ser encontrado no excelente livro organizado pelas professoras Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro J. Ferreira. O Brasil sob a nova ordem – a economia brasileira contemporânea, uma análise dos governos de Collor a Lula.

revolucionárias no Brasil. Conseqüentemente, abre-se um novo ciclo para a esquerda no Brasil: num primeiro momento, a crise de degeneração do PT e de seus aliados está produzindo uma grande desorientação entre os militantes e uma enorme dispersão entre os lutadores sociais.⁹ No entanto, podem se observar fortes elementos estruturais de acirramento da luta de classe no País em função da conjuntura nacional e internacional e uma perspectiva de atuação unitária por parte das forças que lutam pelo socialismo.

A crise do PT e da CUT, seu braço sindical, acabou com as ilusões de muitos lutadores sociais e políticos, que imaginavam poder realizar as transformações revolucionárias fora do marxismo e da ideologia proletária. A eleição de Lula poderia ter representado uma ruptura ao modelo que vinha sendo implementado desde a ditadura, mas o presidente-operário traiu os trabalhadores e manteve na economia o núcleo duro da política neoliberal e, politicamente, passou a ter como heróis e aliados os setores mais atrasados da sociedade brasileira. A chegada de Lula e do PT ao poder também serviu para desmascarar, aos olhos dos trabalhadores mais conscientes, a social-democracia retardatária, uma vez que a crise que envolveu o governo e seu partido fechou também um ciclo na luta política no País. A partir da crise, o PT perdeu a possibilidade histórica de continuar sendo o porta-voz das transformações econômicas e sociais no País e se transformou num partido da ordem, com os mesmos vícios e práticas dos partidos burgueses. Mas esta crise também abre imensas possibilidades para que as forças revolucionárias possam reagrupar os lutadores sociais e políticos, construir um programa unitário de transformações sociais e formar o Bloco Histórico do Proletariado.

Para compreendermos os meandros nos quais a luta de classe no Brasil está se desenvolvendo, é importante analisarmos as características mais profundas da sociedade, os fios que ligam o passado ao presente e as possibilidades do futuro, de forma a extrairmos toda a riqueza de uma conjuntura que requer um partido revolucionário e uma linha política ajustada ao momento histórico e uma sociedade que precisa ser posta em movimento na luta pelo socialismo.

1. A formação da sociedade brasileira

⁹ Para melhor compreensão da crise do PT, ver: COSTA, Edmilson. A tragédia da social-democracia retardatária no Brasil. Novos Temas, No. 1, março-setembro., 2009.

A formação sócio-econômica brasileira nasceu umbilicalmente atrelada às nações dominantes no século XVI, integrada e subordinada ao fluxo internacional do capital mercantil europeu, característica que vem marcando a história econômica do Brasil. Ao longo de todo período colonial, a economia do Brasil funcionou como uma bomba de sucção de recursos nacionais para a Metrópole portuguesa e desta para a Inglaterra. Com o fim da colonização, assumiu uma monarquia arcaica e escravocrata, que manteve o país no atraso e na dependência¹⁰. Com a proclamação da República, um arranjo entre as classes dominantes locais e o capital inglês deixou o Brasil por quase meio século como uma nação agrário-exportadora, dependente de um único produto expressivo de exportação – o café, sob o qual foi estruturada toda a economia do período.¹¹

Somente com a revolução de 1930, o País começou a dar os primeiros passos no sentido da construção do capitalismo industrial. Mas essa revolução não cumpriu as tarefas de uma revolução burguesa clássica e ficou vacilando entre a conciliação com a velha ordem e a nova ordem industrial, tanto não realizou a reforma agrária, deixando os latifundiários com suas vastas extensões de terras improdutivas, fato pelo qual, até hoje, o País paga um enorme tributo em termos de desigualdade social, violência e miséria nas grandes cidades. Além disso, a industrialização brasileira constituiu-se muito tardiamente, cerca de dois séculos após a revolução industrial. Ao constituir-se, internalizou a estrutura da segunda revolução industrial, queimando assim as etapas naturais do capitalismo clássico. Em outras palavras, emergiu no período do capitalismo monopolista, reproduzindo internamente as características dessa nova etapa do capitalismo.

Ao contrário do capitalismo clássico, a industrialização brasileira foi realizada mediante o tripé: capital privado nacional, capital privado internacional e capital estatal, ressaltando-se que até o final da década de 80 o Estado brasileiro foi o comandante-em-chefe do processo de industrialização, responsável pela construção da infra-estrutura (estradas, portos, hidroelétricas, telecomunicações, siderurgia, entre outros) e por um conjunto de empresas públicas, inclusive no setor financeiro, que representava quase a metade do Produto Interno Bruto. Em função dessa formação tardia, da subordinação em relação ao capital estrangeiro, além da ausência de uma revolução burguesa que tivesse realizado as tarefas

¹⁰ Além dos clássicos Furtado e Caio Prado, uma boa análise sobre sobre o aprendizado da colonização pode ser encontrado em ALENCASTRO, Luis Felipe. O Trato dos vivos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; e NOVAIS., F. A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial – 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

¹¹ O período d República Velha pode ser melhor compreendido, consultando-se: CARONE, Edgar. A República Velha, Vol. I e II. Rio de Janeiro: Difel, s/d. e BASBAUN, Leoncio. História Sincera da República – de 1989 a 1930. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

clássicas desta classe, não se viabilizou no País a formação de uma burguesia nacional com um projeto autônomo de nação. Na verdade, a burguesia não teve interesse em se estabelecer enquanto classe nacional, nem mesmo com o auxílio de seus antagonistas históricos que advogavam uma revolução nacional-democrática.¹² Os setores burgueses estruturaram-se de maneira subordinada aos centros internacionais do capital, orbitaram em torno de sua lógica e cumpriram internamente a tarefa de linha auxiliar do capital internacionalizado.

Parafraseando invertidamente Marx, pode-se dizer que os grupos econômicos de capital majoritariamente brasileiro hoje existentes podem até ser uma classe em si, mas não tem a mínima possibilidade de se transformar numa classe para si nas condições do mundo globalizado. A oportunidade histórica de se constituir um projeto nacional foi perdida estrategicamente com a revolução de 1930 que, apesar de redirecionar o país no sentido da industrialização, perdeu-se no meio do caminho entre a conciliação com a velha ordem agrário-exportadora e a construção do capitalismo industrial.

O período Dutra (1946-1950) representou um retrocesso na economia e na política brasileira. Dutra abriu a economia, queimou as reservas monetárias, alinou-se subservientemente aos Estados Unidos na política de guerra fria, chegando a romper relações com a URSS e promover a cassação do registro legal do PCB e de seus deputados. No entanto, com a eleição de Vargas (1950-1954), retomou-se novamente o processo de industrialização, com caráter marcadamente nacionalista, mas numa situação internacional adversa, em que os Estados Unidos já tinham se transformado em nação hegemônica.

Estimulada e fortalecida internamente, as classes dominantes ligadas ao imperialismo norte-americano conseguiram realizar um cerco ao governo, levando o presidente a suicidar-se. O suicídio e a comoção dele decorrente forçaram um recuo desses setores e abriram espaço para a construção do Plano de Metas (1956-1959), um projeto de industrialização com forte participação do capital estrangeiro, mas que transformou o Brasil em nação industrial. Estas transformações modificaram profundamente a estrutura sócio-econômica do País: o Brasil passou da condição de nação agrária-exportadora para nação industrial e transformou-se num País urbano, em função de uma mobilidade demográfica extraordinária

¹² A burguesia brasileira em nenhum momento articulou um projeto nacional porque já nasceu umbilicalmente ligada aos interesses do capital internacional. Seus antagonistas históricos, especialmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB), durante várias décadas elaboraram suas estratégias políticas (a revolução nacional democrática) imaginando uma forte contradição entre os interesses desta burguesia e do imperialismo, o que não se verificou em nenhum momento de nossa história.

realizada em tão pouco tempo. Em outras palavras, o Brasil cumpriu em poucas décadas as tarefas que outras nações levaram séculos para implementá-las.

A partir do final do Plano de Metas estruturaram-se dois projetos radicalmente distintos para a sociedade brasileira: as reformas de base e o projeto dos setores ligados ao capital internacional. Ao longo dos primeiros quatro anos da década de 60 o Brasil viveu o seu momento de maior polarização da sociedade, com enorme politização dos setores populares. O projeto das reformas de base, com apoio majoritário dos setores populares da sociedade brasileira, foi derrotado pelo golpe militar de 1964, patrocinado pelas classes dominantes ligadas ao capital internacional, por setores conservadores da igreja e pelos altos mandos das Forças Armadas, com o apoio estratégico do governo norte-americano.

O golpe militar representou não apenas a maior derrota dos setores populares em toda a história do Brasil, como contribuiu para o aprofundamento da subordinação em relação ao capital internacional e bloqueou definitivamente qualquer tentativa de construção de um capitalismo auto-sustentado sob a direção de uma burguesia nacional com algum tipo de projeto de nação. Mesmo levando em conta o peso do Estado e das empresas públicas fortalecidas e consolidadas no período militar, o golpe de 1964 representou um profundo golpe nas ilusões nacionais-desenvolvimentistas e nas estratégias que reivindicavam uma revolução nacional-democrática nos marcos do capitalismo.

O governo militar construiu um modelo econômico anti-nacional e anti-popular, estruturou o arrocho salarial como norma para a remuneração dos trabalhadores e suprimiu as liberdades democráticas. Nos momentos mais duros do regime desenvolveu uma política de terrorismo de Estado, com prisões de milhares de lutadores, tortura, morte e desaparecimento dos corpos de centenas de revolucionários. O modelo econômico bárbaro, apesar de ter obtido altas taxas de crescimento econômico, construiu uma economia de baixos salários, produzindo uma das distribuições de renda mais desiguais do planeta. O último governo militar (1979 -1985) realizou uma política recessiva, sob a orientação do FMI, cujo resultado foi a desorganização da economia e sua estruturação voltada exclusivamente para o pagamento dos serviços da dívida externa.

2. O ciclo da estagnação econômica

Esses fenômenos ocorriam numa conjuntura em que a globalização e o neoliberalismo consolidavam a sua hegemonia nos países centrais, a partir dos quais se irradiou para o resto do mundo. Ao final dos anos 80, praticamente todos os países do mundo tinham caído nas malhas do neoliberalismo, menos o Brasil, Índia e China. Por que o neoliberalismo não pôde ser implantado no Brasil na década de 80, como ocorreu com os outros países?

Primeiro, porque a primeira metade da década de 80 foi marcada pela desagregação política e econômica da ditadura. Portanto, os militares, mesmo impondo uma política monetarista, não tinham força suficiente para implantar o neoliberalismo ao estilo clássico. Segundo, nos anos 85-89 iniciou-se o processo de democratização e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, período em que também não existiam condições políticas para a implementação de medidas no estilo neoliberal. Essas duas circunstâncias impediram com que o neoliberalismo fosse implantado no País na década de 80. Somente com a derrota de Lula em 1989 e a posse de Collor, o grande capital reuniu as condições para realizar a grande ofensiva neoliberal no País.

A crise dos anos 90, apesar de estar inserida no ciclo de estagnação da economia brasileira do início dos anos 80, marca uma mudança de qualidade no processo de acumulação de capital e uma nova forma de relacionamento entre o grande capital internacional, a grande burguesia associada e o Estado. Nos anos 90 consolidou-se no plano internacional o poder dos blocos de forças sociais mais ligados ao capital financeiro. Esses setores, hoje ainda hegemônicos na economia mundial, apesar da crise sistêmica global, foram os principais impulsionadores da desregulamentação financeira e da especulação mundial. A exemplo do que ocorreu nos países centrais, no Brasil também houve uma recomposição das alianças entre classes dominantes, cuja expressão política foi o governo Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um bloco de forças sociais que, após vários anos de crise, conseguiu articular um projeto capaz de unificar a burguesia associada e disciplinar os setores do capital prejudicados com a nova ordem.

A partir do Consenso de Washington, de 1989, o grande capital internacional reorganizou novamente sua estratégia. Agora tornava-se necessário enquadrar todos os países periféricos no sentido de que desregulassem suas economias, realizassem sem restrições a abertura da economia e a livre mobilização dos capitais, reduzissem ao mínimo o papel do Estado, privatizassem aceleradamente as empresas públicas, flexibilizassem o mercado de trabalho e realizassem uma ofensiva contra as entidades sindicais, os direitos e garantias dos trabalhadores. Para os formuladores dessa nova política, não era mais necessário o velho Estado Nacional para organizar seus interesses: isso seria feito a partir do mercado e da economia globalizada.

As eleições de 1989 e a vitória de Fernando Collor correspondeu internamente ao início do processo de implementação prática dessa nova política ditada por Washington, que hoje se tornou conhecida como o nome de neoliberalismo. No período Collor iniciou-se o programa de desestatização, a desregulamentação da economia, a abertura ao exterior, incrementou-se o arrocho salarial e a ofensiva contra os salários e direitos dos trabalhadores - tudo como ordenava o figurino do Consenso de Washington. No entanto, a corrupção generalizada daquele governo fez com que a opinião pública se mobilizasse e, numa campanha de massas histórica, conseguisse o “impeachment” de Collor, um fato inédito na história do nosso País. Pela primeira vez um presidente foi afastado do poder por um Congresso conservador, mediante a pressão das massas nas ruas.

Com a deposição de Collor e a sua substituição por Itamar Franco o povo brasileiro conseguiu a destituição do presidente, mas não reuniu condições de barrar a política neoliberal. Itamar Franco, meio envergonhadamente em função de seu passado progressista, deu continuidade à política de Collor: em menos de dois anos o governo Itamar privatizou 23 empresas estatais de grande porte e de setores estratégicos da economia, incluindo quase todo o setor petroquímico, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Embraer. A alienação desse patrimônio foi realizada de maneira nebulosa, envolvendo grandes negociatas, nas quais era não só rebaixado o valor real destas empresas, mas os pagamentos eram, em grande parte, realizados com financiamento do BNDEs e com as chamadas “moedas podres”¹³.

¹³ Títulos com valor depreciado no mercado, mas que, para efeito de pagamentos das empresas estatais, eram aceitos por seu valor de face.

2.1 O governo FHC e o Plano Real

Nas eleições de 1994, aparentemente os partidos conservadores não dispunham de candidatos em condições de enfrentar Luis Inácio Lula da Silva, praticamente em campanha desde a derrota de Collor e líder em todas as pesquisas de opinião. O PMDB dividia-se em relação a Orestes Quécia. O PFL (hoje DEM) não dispunha de nomes competitivos e, a rigor, nunca precisou ter presidente da República para estar no poder, sua especialidade. Leonel Brizola encontrava-se desgastado em função de seu segundo mandato no governo do Rio de Janeiro e também em virtude da intensa campanha que contra sua pessoa era movida pela rede Globo, a maior cadeia de comunicação do País.

Restou ao grande capital ir ao encontro do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), ministro das Relações Exteriores de Itamar, político que se encaixava como uma luva ao projeto conservador. Acadêmico, com um passado de honestidade intelectual, com perfil progressista, exilado durante alguns anos do governo militar, era a face “charmosa” da burguesia, com a vantagem de ser membro de um partido dito social-democrata. Escolhido informalmente pelo grande capital, iniciou-se a escalada de FHC ao governo federal. Enquanto se encontrava em viagem aos Estados Unidos foi nomeado Ministro da Fazenda, com poderes de super-ministro. Posteriormente, os meios de comunicação iniciaram em bloco uma grande campanha para fixar a imagem de FHC como o anti-Lula, aquele que poderia salvar o Brasil do esquerdismo.

No final de 1993, o então ministro da Fazenda deu a conhecer à Nação seu Plano de Estabilização Econômica, em três etapas, passando pela criação da URV, em março de 1994, e culminando com a implantação, em 1º de julho de 1994, do Plano Real, onde distinguia-se uma nova moeda (o Real), com cotação igual ao dólar.¹⁴ O Plano Real conseguiu derrotar a inflação e proporcionar estabilidade à economia, o que levou o governo a ganhar apoio dos setores das camadas médias e de largas faixas das camadas populares. No entanto, as bases do Plano Real - a âncora cambial, a elevação das taxas de juros e o arrocho salarial - eram precárias porque jogava o País na estagnação econômica, no desemprego e ainda atrelava a economia brasileira às vicissitudes da conjuntura especulativa mundial, deixando-o como uma espécie de refém do capital financeiro internacional, o que se comprovou com a crise dos países asiáticos e a própria crise do Real, em 1999.¹⁵

¹⁴ Nos primeiros meses do Plano Real, a moeda nova manteve-se em cotação superior ao dólar norte-americano.

¹⁵ Para uma melhor compreensão do Plano Real, consultar: Filgueiras, Luis. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

Logo após a implantação do Plano Real, o Ministro FHC foi lançado candidato à Presidência da República, pelo PSDB, com todo o aparato dos meios de comunicação, o poder econômico e a máquina governamental trabalhando intensamente a seu favor. Concomitantemente, FHC dedicou-se a construir um arco de aliança eleitoral para garantir-lhe eleição tranquila já no primeiro turno, e assim, desvencilhar-se de qualquer ameaça de enfrentar Lula no segundo turno. Surpreendentemente, para alguns, o candidato FHC decidiu estabelecer alianças com os setores mais atrasados e retrógrados da elite brasileira, representados pelo PFL, PTB e outros partidos menores. Isso garantiu sua eleição no primeiro turno.

Ao assumir o governo e ao longo dos primeiros quatro anos, FHC viveu uma espécie de lua de mel com a população brasileira. As baixíssimas taxas de inflação, o fim do imposto inflacionário e a melhoria das condições de vida de setores da população em função da estabilidade econômica, a ampliação da abertura da economia, que possibilitou a entrada de produtos estrangeiros a preços semelhantes aos do Brasil, praticamente transformaram a política governamental numa via de mão única. Quem discordasse dessa política era sacrificado no altar da mídia: o próprio presidente encarregava-se de desqualificar a oposição: eram os neobobos, os caipiras, os saudosistas dos anos 50 em luta contra a modernidade da globalização, etc. Com esse capital político implementou praticamente todas as medidas do receituário neoliberal, desde a reforma da constituição para adaptá-la aos interesses do grande capital, passando pela desregulamentação da economia, ampliação da abertura da economia ao exterior, contenção dos salários, até a privatização de quase todo o setor público.

Passado o período de euforia e, ao contrário do que as aparências evidenciavam, o Plano Real começou a apresentar, do ponto de vista econômico e social, indicadores profundamente negativos, como o baixo crescimento econômico, a vulnerabilidade externa, distorções cambiais, o aumento do desemprego e a redução dos salários. Só mesmo um processo intenso de manipulação dos meios de comunicação foi capaz de impedir com que a população percebesse os problemas da economia e o aprofundamento do fosso social que o Plano Real estava ampliando. Praticamente, todos os indicadores econômicos relevantes apresentaram deterioração, a exceção da inflação. No governo FHC, somente os especuladores nacionais e internacionais e o grande capital foram beneficiados pela política econômica do Real.

Vejamos objetivamente alguns indicadores da economia: ao contrário do que se imagina, a crise do Real, percebida e propagandeada em janeiro de 1999, já estava escrita nos próprios fundamentos do Plano. Como toda fantasia, a crise reduziu este plano ao que realmente era: um conjunto de medidas que visava apenas estabilizar a moeda, em função da sobrevalorização do Real, e encilhar a economia brasileira na armadilha do capital especulativo internacional, comprometendo o futuro de várias gerações, dilapidar do patrimônio público e reduzir a soberania nacional, conforme os mandamentos do Consenso de Washington. Para os setores mais ricos da população foi um período de ganhos extraordinários no mercado financeiro; para a classe média alta, uma farra consumista. No entanto, para os trabalhadores e a classe média assalariada e empobrecida, o Real foi uma tragédia, muito embora só percebida muito depois, quando ficou clara a recessão, o desemprego, a grande concentração de renda e uma compressão salarial que empobreceu a maioria da população.

Porque o Plano Real durou tanto tempo? Todos sabem que a sociedade brasileira estava cansada da inflação, que vinha se elevando desde a década de 70. Ora, um governo capaz de estabilizar a economia, deveria ter uma espécie de cheque em branco, mesmo que se suspeitasse de que algo poderia estar indo mal. Nesse aspecto, mais uma vez é necessário ressaltar, que a mídia jogou um papel importante, não só porque praticamente tirou de circulação todas as vozes discordantes, mas principalmente porque diariamente vendia ilusões à população brasileira. Era o preço do frango quase de graça, o iogurte universalizado e até as dentaduras voltaram a embelezar o sorriso brasileiro. Enquanto isso, os problemas se acumulavam e ninguém conseguia discutir os verdadeiros fundamentos do Real.

Que fundamentos eram estes? O Plano Real estava baseado em três âncoras: a âncora cambial, a âncora da taxa de juros e a âncora salarial. A primeira âncora, a cambial, significou o atrelamento do Real ao dólar e a fixação de uma paridade cambial artificial, em que a moeda brasileira se manteve expressivamente sobrevalorizada até a crise cambial de 1999. Este mecanismo facilitou as importações e dificultou as exportações, tendo em vista que tornou os produtos brasileiros mais caros e as mercadorias estrangeiras mais baratas. Com a ampliação da abertura da economia brasileira, as autoridades do Planalto tiveram mais um importante instrumento para evitar que os preços subissem, pois os empresários brasileiros não podiam aumentar o preço dos seus produtos porque teria que competir com os produtos internacionais, à disposição de todos nas

prateleiras dos supermercados e lojas do País. Com o Real valorizado e as importações, o governo conseguiu derrotar a inflação e estabilizar a economia. Mas o resultado dessa política foi um déficit constante na balança comercial, que regrediu de US\$ 10,4 bilhões positivos em 1994, para média anual negativa de US\$ 5 bilhões entre 1995 e 2001 (Tabela).

A segunda âncora do Real foi a taxa de juros. Como o governo passou a ter déficits na balança comercial e ainda necessitava pagar os juros e amortizações da dívida externa e cobrir o déficit da conta turismo¹⁶, era necessário a captação de recursos externos para fechar o balanço de pagamentos. Portanto, para atrair o capital estrangeiro, instituiu-se taxas de juros altíssimas, em alguns momentos as maiores do mundo. Dessa forma, foi possível fazer com que o fluxo internacional de capitais migrasse para o Brasil, de forma que o governo pode ajustar suas contas externas. Enquanto as taxas de juros médias nos países centrais era de 2-3% ao ano, no Brasil atingiam cerca de 30% ao ano. Numa conjuntura dessa ordem os capitais migraram em abundância a esse novo Eldorado: o governo conseguiu atrair um volume de recursos capaz não só de fechar o balanço de pagamentos, mas também para acumular reservas internacionais, fato que proporcionou mais elementos para a propaganda do Real como um instrumento salvador da Pátria.

Mas o custo desta política para o País foi altíssimo: acumulou-se uma enorme dívida interna e um pagamento de juros cada vez mais ascendente, que transformou a política monetária do governo e o orçamento nacional reféns da política de administração da dívida interna¹⁷. Como o governo conseguiu no Congresso a desvinculação de 20% do orçamento, os quais poderia manejar livremente, parcelas expressivas das verbas destinadas às áreas sociais, como saúde e previdência, foram desviadas para o pagamento dos serviços da dívida interna, o que deteriorou de maneira grave a infraestrutura do País e os serviços sociais prestados pelo Estado¹⁸.

¹⁶ A conta turismo é o resultados dos gastos dos turistas estrangeiros no Brasil versus os gastos dos turistas brasileiros no exterior. Como a moeda brasileira estava muito valorizada, era mais vantajoso viajar ao exterior do que fazer turismo no Brasil. Portanto, a conta turismo também foi negativa durante a maior parte do período do Plano Real.

¹⁷ Quando FHC assumiu o poder em 1994 a dívida interna era de R\$ 62,5 bilhões. No final de seu mandato já alcançava R\$ 880 bilhões, um aumento de mais de 14 vezes.

¹⁸ As condições da infraestrutura se tornaram dramáticas, tendo como principais exemplos as estradas de rodagem esburacadas pelo País a fora, além do maior apagão da história do Brasil, ocasião em que os brasileiros tiveram, por um longo período, a energia elétrica racionada.

Além disso, a maior parte do capital especulativo que veio ao Brasil não tinha nenhum compromisso com a produção interna, estava aqui apenas para arbitrar especulativamente a diferença entre a taxa de juros interna e a externa, tanto que, quando ocorreu a crise em 1999, boa parte desse capital zarpou para outras praças com a mesma velocidade com que aqui chegou. O País só não quebrou como a Argentina porque foi salvo por um empréstimo de US\$ 40 bilhões do Fundo Monetário Internacional, recursos que não só salvou a economia do colapso, como também serviu para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

A terceira âncora é a salarial. Com o processo de estagnação econômica instaurado no País e a ofensiva contra direitos e garantias trabalhistas implementados no período, os trabalhadores passaram a ter cada vez mais dificuldade para obter reajustes salariais, uma vez que tanto os empresários quanto o governo argumentavam não tinha sentido dar reajustes salariais numa economia estabilizada. A burguesia endureceu com os trabalhadores, aproveitando-se também do ambiente de desemprego, estagnação da economia e ofensiva contra o movimento sindical. Para se ter uma idéia do nível do arrocho, os funcionários públicos federais ficaram 10 anos sem reajuste. O confisco salarial serviu também para conter as demandas dos empresários eventualmente descontentes com a política do Plano Real.

Portanto, o Real, se teve o mérito de conter a inflação e estabilizar a economia, em contrapartida deixou uma herança dramática: o governo vendeu a maior parte do patrimônio público a preços irrisórios e continuou mais endividado que no período anterior ao Real; acumulou uma dívida interna impagável, que se tornará sempre uma armadilha conspirando contra o futuro do País; praticou taxas de juros estratosféricas, que quebrou vários setores industriais, iniciando um processo de desindustrialização que atingiu em cheio a indústria de transformação; produziu milhões de desempregados e finalmente colocou mais uma vez o FMI para monitorar a economia brasileira.

2.2 O governo Lula e a crise e o fortalecimento dos grandes grupos

O início do século XXI foi marcado novamente pela disputa de perspectivas sobre o futuro do País: continuar com o neoliberalismo e a regressão econômica e social ou buscar alternativas que revertissem o modelo econômico das duas últimas décadas. Os dois projetos estavam

representados politicamente pelas candidaturas de José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) e Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). A sociedade brasileira optou pela construção de uma alternativa diferente ao modelo neoliberal com a eleição de Lula. No entanto, quem esperava as mudanças almejadas pela sociedade brasileira acumulou frustrações nos dois mandatos do presidente-operário, pois ao contrário do que se esperava, Lula traiu o movimento social que o transformou em líder, ao manter o essencial do modelo neoliberal na economia, fortalecer e consolidar os grandes grupos econômicos monopolistas e aliar-se aos setores retrógrados da sociedade brasileira, contrariando as tradições da militância e as bandeiras históricas do PT.

Lula transformou o seu governo no paraíso dos capitalistas - banqueiros, especuladores em geral, latifundiários e os oligopólios nacionais e internacionais. Como afirma o próprio presidente, com uma ponta de mágoa por não ser aceito pelas elites, que não o tolera, nunca na história do País o grande capital obteve tantos lucros. Se observamos a série estatística dos maiores grupos industriais, do setor financeiros, do setor de serviços e do comércio poderemos constatar o quanto ganharam no governo do PT, o quanto se fortaleceram com as fusões e aquisições, o quanto expandiram suas atividades no mercado internacional financiados pelos BNDEs.

Em outras palavras, o grande capital internacional e nacional, também beneficiado com a política de juros altos, amealhou grande parte do orçamento nacional com o pagamento dos juros da dívida interna, enquanto faltam verbas para a educação, a saúde, a infra-estrutura e programas sociais. Para a população pobre sobraram as esmolas do Bolsa Família, ou as bolsas universitárias do PROUNI para socorrer os empresários do ensino privado. Para se ter uma idéia do enorme favorecimento do governo Lula ao grande capital, basta dizer que os recursos destinados ao Bolsa Família, o principal programa de transferência de renda do governo Lula, não representam sequer 10% do pagamento de juros da dívida interna (Tabela).

2.2.1 Política econômica a serviço do capital

Como se operou a economia no governo Lula? Quais os principais vetores que nos permite afirmar que seu governo esteve, na essência, a serviço do grande capital monopolista e do agronegócio? A primeira evidência relevante é o fato de que o governo Lula manteve, na essência, no campo econômico, o modelo neoliberal do governo anterior, como a lei de responsabilidade fiscal, o superávit primário, as metas de inflação, o câmbio flutuante, as altas taxas de juros, o respeito rigoroso aos contratos e a autonomia operacional do Banco Central. A segunda evidência é o fato de que, a partir de um determinado período, realizou uma política vigorosa de fortalecimento e internacionalização dos grandes grupos produtivos nacionais e do agronegócio.

sob orientação, articulação e financiamento do BNDEs e dos fundos paraestatais, de forma a se posicionar melhor no mercado mundial globalizado.

Essas linhas gerais do governo já estavam foram definidas na *Carta ao Povo Brasileiro*,¹⁹ uma espécie de manifesto-compromisso lançado pelo então candidato Lula para acalmar os chamados mercados e ganhar a confiança do grande capital. Ressalte-se que o então candidato a vice-presidente na chapa de Lula era José Alencr, nada mais nada menos que o proprietário de um dos maiores grupos privados brasileiros. Além disso, como uma mão estendida ao capital financeiro internacional, Lula anunciava para o Banco Central o nome de Henrique Meireles, ex-diretor do *Bank of America*, personagem que iria, posteriormente, comandar o Banco Central ao longo dos oito anos do governo Lula.

Logo no primeiro mandato, Lula surpreendeu o mercado aumentando o superávit primário de de 3,83% do PIB para 4,84%, manteve as taxas de juros elevadas²⁰ e renovou por mais dois anos os acordos com o Fundo Monetário Internacional. Ainda no primeiro mandato, Lula realizou a contra-reforma da previdência, que instituiu o fator previdenciário, aumentou o tempo de trabalho para se conseguir a aposentadoria e reduziu os benefícios dos pensionistas. Além disso, o governo também instituiu a *Lei das Falências*, instrumento que inverteu os pagamentos das massas falidas, ou seja, pela nova lei o pagamento das dívidas ao setor bancário passou a ter prioridade em relação ao pagamento das dívidas trabalhistas.

¹⁹ A Carta ao Povo Brasileiro foi lançada em junho de 2002 como parte da estratégia de campanha e como instrumento sinalizador da política econômica do governo, uma vez que grande parte do capital financeiro nacional e internacional estava apoiando o candidato da oposição.

²⁰ Ao longo dos dois mandatos do governo Lula as taxas de juros brasileiras foram uma das mais altas do mundo, o que significou enorme transferência de recursos do setor público para o setor privado e aumento do endividamento interno.

A partir da segunda metade do primeiro mandato, Lula iniciou um movimento (que viria se consolidar no segundo mandato) com três objetivos básicos: reorientar a economia no sentido do crescimento econômico; incorporar o setor produtivo da economia nas decisões de política econômica e buscar uma política externa mais autônoma, com o objetivo não só de se diferenciar da política norte-americana, mas principalmente colocar o Ministério das Relações Exteriores como instrumento ativo no sentido de prospectar novos espaços de atuação dos grandes grupos monopolistas brasileiros, principalmente nas áreas da periferia em que o Brasil possuía influência econômica e política.²¹ A política externa viria se complementar com a contribuição para os processos de integração da América Latina, como o fortalecimento do Mercosul, a criação da Unasur, e a consolidação do G-20 como contraposição ao antigo G-7.²²

A política econômica no segundo mandato foi marcada por um conjunto de ações coordenadas do Estado no sentido de buscar a reorganização do capitalismo brasileiro, mediante parceria conflitiva entre os várias frações das classes dominantes, com um aumento expressivo da participação dos grandes grupos do setor produtivo industrial e do agronegócio nas decisões econômicas e políticas do governo, muito embora o setor financeiro tenha continuado a obter ainda lucros extraordinários, além de manter largas parcelas de poder na formulação das políticas econômicas, especialmente no Banco Central.

No segundo mandato o governo operou uma agressiva política de articulação e financiamento dos grandes grupos monopolistas, mediante o BNDEs, fundos de pensão paraestatais, bem como forte orientação às empresas estatais para priorizar suas encomendas junto às empresas nacionais. Essa reorientação macroeconômica buscava dinamizar o crescimento econômico, que apresentou uma performance bastante superior do período FHC, mas ao mesmo tempo fortalecer os grandes grupos privados de capital majoritariamente nacional, com sucessivos aportes de capital tanto para operar um ambicioso processo de fusões e aquisições, de forma a criar as chamadas “campeãs nacionais”, quanto para

²¹ Um dos elementos mais negativos da política externa foi o fato de o governo brasileiro enviar tropas militares para o Haiti na vã esperança de conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que terminou não se concretizando.

²² O G-20 reúne os países centrais e os países emergentes, sendo que os emergentes possuem maioria nesta articulação e definem mis autonomamente a política mundial, o que não ocorria quando as decisões econômicas e políticas mundial eram tomadas exclusivamente pelo G-7.

estruturar a internacionalização dos grupos mais fortes (as chamadas multinacionais verde-amarelas), de forma a torná-los competitivos internacionalmente.

Essa política teve como resultado a retomada do crescimento econômico, com aumento do emprego e da renda dos assalariados, especialmente daqueles que recebem salário-mínimo, uma vez que o governo realizou acordo com as centrais sindicais, através do qual o salário mínimo incorpora nos reajustes anuais a inflação, mais o índice de crescimento da economia, resultando na prática numa recuperação real do valor do salário mínimo, que foi muito depreciado com as políticas neoliberais do período FHC.

Em outras palavras, mesmo levando em conta o aumento do emprego, da renda e as políticas de compensações sociais, que é um fato positivo, isso representa apenas uma variável marginal se compararmos com os anormes lucros dos monopólios industriais, financeiros e do agronegócio no governo

Lula. Além disso, vale ressaltar que parcela expressiva do financiamento das fusões, aquisições e multinacionalização das empresas brasileiras foram realizados com dinheiro do BNDEs, um banco estatal, além do fato de quem parte grande parte desses recursos do financiamento foram aportados diretamente do Tesouro para fortalecer a capacidade financiamento do BNDEs. Como se sabe, os recursos do Tesouro são captados pela taxa Selic (que se manteve entre as maiores taxas de juros do mundo no governo Lula) e repassados aos grandes grupos privados monopolistas a taxas de 5-6% ao ano, resultando num enorme subsídio a esses grupos, bancados pela sociedade brasileira.

2.2.1 A metamorfose da estrela vermelha

Do ponto de vista político, a metamorfose do presidente operário e de seu Partido, o PT, não poderia produzir resultado diferente do que aquele em que a sociedade brasileira, estarecida, tomou conhecimento em 2005, com o chamado escândalo do *mensalão*. Na verdade, a trajetória do PT já estava delineada quando abandonou seu programa original. A crise de degeneração que se abateu sobre o Partido dos Trabalhadores, com corrupção generalizada praticada por vários de seus dirigentes, a desmoralização pública da militância, desorientação e desânimo de milhares de

lutadores sociais, é resultado de suas próprias prática política, do seu oportunismo político, da troca da luta social pelos acordos de gabinete, da opção pela velha política que tanto criticara no passado, da aliança sem escrúpulos com a direita e o grande capital, da falta de uma direção política comprometida com a ideologia do proletariado.

Em que conjuntura internacional nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT)? Haveria condições de se constituir no Brasil uma social-democracia clássica como na Europa? Qual a essência da crise que atingiu o PT? Esta organização ainda pode corrigir seu rumo e contribuir para as transformações sociais no Brasil? Com os dois mandatos do presidente Lula o PT já se transformou num partido da ordem? Quais as possibilidades de construção de uma esquerda revolucionária no País? Quais as lições que os lutadores sociais e políticos podem tirar da trajetória do PT?

Vale lembrar que a crise do PT, a nossa social-democracia retardatária, é um fenômeno mundial que atingiu a social-democracia no mundo inteiro. Seu ponto de inflexão definitivo ocorreu no *Congresso de Bad Godesberb*, em 1959, quando a velha social-democracia alemã, o SPD, rompeu com o marxismo e com a luta de classes. Os passos seguintes foram consequência dessa opção: diante da ofensiva avassaladora do neoliberalismo e diante da perspectiva de desaparecimento político, a velha social-democracia ingressou na segunda fase, a degeneração política, mediante a opção de gerir o neoliberalismo na Europa e, finalmente, chegou à degeneração final, com o envolvimento de vários dirigentes sociais-democratas europeus na corrupção, na Itália, Espanha, França e Alemanha.

Vale a pena recordar que a social-democracia clássica obteve uma série de conquistas para os trabalhadores após a Segunda Guerra Mundial, como aumento de salários mediante a incorporação da produtividade, uma rede de proteção social extensiva a toda a população, a universalização do ensino e da saúde garantidos pelo Estado. Tudo isso foi realizado num contexto em que a União Soviética, os partidos comunistas europeus e o movimento sindical saíram fortalecidos da Segunda Guerra Mundial. Portanto, era mais vantajoso para o capital ceder os anéis do que perder os dedos, afinal a ausência de reforma e concessões poderia abrir espaço para a chegada ao poder dos inimigos vermelhos.

Esse pacto durou os chamados 30 anos gloriosos (1946-1976), mas a partir da segunda metade da década de 70 com a contestação ao Estado do Bem Estar Social em função da crise mundial e, particularmente no final da década com a ascensão de Thatcher na Inglaterra e Ragan nos Estados Unidos, o setor mais reacionário do grande capital encontrou as condições para reverter a conjuntura anterior e impor ao mundo o monetarismo-neoliberalismo, processo que significou uma mudança de qualidade nas relações capital-trabalho, especialmente nos países centrais, com uma enorme ofensiva contra os salários, pensões, direitos e garantia dos trabalhadores, além de brutal repressão ao movimento sindical, num vingança histórica de classe. Diante da nova conjuntura, a velha social-democracia capitulou abertamente e se transformou num instrumento da nova ordem econômica internacional do grande capital, fechando assim um ciclo que se iniciara no século XIX e que por mais de um século serviu para confundir, desorientar e conter os processos de ruptura com o capital.

Vele lembrar ainda que os velhos social-democratas levaram mais de cem anos para completar o ciclo de degeneração completa, enquanto que, no Brasil, a nossa social-democracia retardatária fechou esse ciclo em um quarto de século – 25 anos. Enquanto na Europa os trabalhadores obtiveram objetivamente vantagens que lhes proporcionaram um elevado padrão de vida, no Brasil a social-democracia retardatária não apenas deixou de implementar as reformas sociais e econômicas implantadas por sua congênere européia, como ainda deu continuidade ao núcleo duro do modelo neoliberal na economia, consolidou com generosos financiamentos os grandes grupos monopolistas privados, restando como contrapartida um crescimento econômico melhor que no governo anterior, mas bem abaixo da média histórica do período 1946-1980, além das migalhas compensatórias para a população mais pobre.

“A social-democracia retardatária brasileira também nasceu num espaço geográfico complexo e num tempo errado. Primeiro, porque foi formada num país dependente, caracterizado pelo fato de que as classes dominantes, pela própria natureza da dependência, serem obrigadas a transferir parte da mais-valia para os países centrais e, portanto, para compensar essa dependência, ampliam o processo de exploração dos trabalhadores²³. Portanto, mesmo que seu projeto tivesse sido vitorioso nos tempos do pacto social do Welfare State, a social-democracia retardatária dificilmente poderia proporcionar as mesmas benesses aos trabalhadores brasileiros que a social-democracia clássica proporcionou ao proletariado europeu.

²³ Para maior compreensão da questão da dependência nos países da periferia, consultar: Marini, Rui Mauro. *Dialética de la dependencia*. México: Siglo XXI Editores.

“Segundo, porque nasceu retardatariamente nos anos 80, quando o grande capital já tinha rompido o pacto social do Capitalismo Monopolista de Estado e avançava contra os direitos e garantias dos trabalhadores. Dessa forma, a social-democracia retardatária brasileira não poderia de forma alguma proporcionar melhores condições de vida para os trabalhadores, uma vez que seu limite histórico estava dado pelas novas condições do capitalismo contemporâneo, a não ser que rompesse com a dependência, o que não estava em seu horizonte político. Em outras palavras, a social-democracia retardatária não tinha mais as possibilidades históricas de amealhar migalhas para os trabalhadores em troca da paz social, porque o grande capital estava agora em outra fase, com outros interesses e, especialmente, em função da queda da âncora soviética, em condições de ditar as regras do jogo”.²⁴

Nessa conjuntura o Partido dos Trabalhadores foi, aos poucos, perdendo sua referência de classe, adaptando-se suavemente à institucionalidade à medida em que ia conquistando espaços nas câmaras municipais, prefeituras e, posteriormente, nos governos estaduais. Parte da burocracia, formada por antigos líderes sindicais sem formação ideológica, foi se acostumando aos gabinetes, aos acordos de cúpula, ao jogo do poder da velha ordem. “De passo em passo, passou a reproduzir os mesmos vícios das elites dominantes, tanto no interior do próprio no PT (o vale tudo da luta entre as correntes) quanto externamente no processo eleitoral. Ora, com uma trajetória dessa ordem, o destino do PT já estava escrito em sua sua estrela antes mesmo da crise de 2005”.²⁵

O passo final para a emergência do processo de degeneração que vinha se gestando há bastante tempo foi a eleição de Luis Inácio Lula da Silva a presidente da República. Mesmo antes de ganhar o pleito Lula já assina a Carta ao Povo Brasileiro, na qual sinalizava que não iria realizar transformações sociais nem se contrapor à velha ordem. Percebida pela militância como elemento tático para ganhar as eleições, mal sabiam todos que aquele carta era prá valer, que o governo iria se aliar aos setores mais retrógrados da sociedade brasileira, que iria governar com o capital e dar aos trabalhadores e ao povo pobres apenas as migalhas que sobrassem do festim entre o PT e seus novos amigos.

²⁴ Costa, Edmilson. A tragédia da social-democracia retardatária no Brasil. Publicado originalmente em www.resistir.info (fev, 2005), além de vários sites e blogs nacionais e internacionais e na revista Novos Rumos (ano 22, No. 48), publicação do Instituto Astrogildo Pereira.

²⁵ Idem, pg. 81.

Com o exercício do poder, em vez de realizar o programa de reformas que sempre foi bandeira histórica do PT, seus líderes passaram a construir uma maioria governamental nos mesmos métodos da direita tradicional. “Enquanto tratavam a esquerda como políticos de segunda classe, costumavam com desenvoltura alianças ao centro e à direita a cada nova eleição. Imaginavam-se espertos o suficiente para tramar com a direita na lama e sair limpos do processo. Subestimaram seus novos amigos e foram denunciados pelos próprios novos aliados. Essas práticas, aliadas às facilidades do poder e à perspectiva de vantagens pessoais, além da falta de uma firmeza ideológica, transformaram-se no caldo de cultura que contribuiu para o apodrecimento desse *núcleo dirigente* e de muitos dos quadros médios enfronhados nas várias administrações pelo País a fora ... Num ambiente dessa ordem, como ter firmeza ideológica, se os militantes e quadros dirigentes já tinham perdido a perspectiva das transformações sociais e estavam mais interessados no poder pelo poder, como forma de realização de projetos pessoais? Como resistir aos encantos da burguesia, se as facilidades materiais estavam ao alcance da mão? Ora, para aqueles representantes da classe operária recém-chegados ao paraíso, foi uma tentativa avassaladora”.²⁶

Hoje, pouca gente na esquerda ainda acredita que o Partido dos Trabalhadores possa mudar de rumo e resgatar suas bandeiras originais. Nem mesmo suas facções que se reivindicam de esquerda acreditam nisso. Aos poucos vão também se adaptando aos novos tempos, buscando espaços na burocracia petista e na institucionalidade. Não possuem a menor condição de influir nos destinos do PT, pois este se transformou definitivamente num partido da ordem, gestor do grande capital como seus parceiros sociais-democratas europeus, muito embora ainda continue influenciando parcelas significativas dos trabalhadores e do povo pobre, que ainda não completaram sua experiência com o PT.

A crise marca também o fim de uma era na política brasileira que começou com as históricas greves de São Bernardo do Campo. O PT, mesmo não sendo mais o mesmo fundado no Colégio Sion, poderá continuar sobrevivendo como uma organização tipicamente eleitoral, mas sem a aura que o norteou desde sua fundação. Como sempre ocorre nos processos históricos, o movimento social não vai ficar esperando que o PT cure suas feridas, assim como não esperou que os anarquistas repensassem a estratégia para um Brasil transitando da fase agrária para a industrial e também não aguardou que o PCB refletisse melhor sobre o País na década de 70 e retificasse sua linha política. A história cobra um preço muito

²⁶ Idem, pg. 81

alto aos erros dos atores políticos. No entanto, da mesma forma que em outras épocas históricas os trabalhadores emergiram como protagonistas da história, em algum momento da conjuntura não muito distante saberão novamente construir sua organização revolucionária para as transformações sociais.

3. O movimento operário e suas contradições²⁷

O proletariado brasileiro formou-se sob a influência anarquista no início do século XX e somente após a segunda metade da década 20 passou a atuar sob a orientação dos comunistas. Com a revolução de 1930, o novo governo, apesar de reconhecer o movimento sindical como interlocutor político, atrelou os sindicatos ao Estado, estimulando assim a formação de um *sindicalismo amarelo* e anti-classista, fato que atrasou de maneira expressiva a organização e a formação ideológica do operariado e dos trabalhadores em geral. Com a retomada a democratização do País no segunda metade da década de 40, o sindicalismo classista reiniciou a organização dos trabalhadores e do movimento sindical, fato que se expressou na construção de várias greves gerais ocorridas na década de 50. A industrialização ocorrida com o Plano de Metas (1956-1960) ampliou de maneira exponencial a classe operária, fortaleceu suas entidades sindicais e o sindicalismo classista, cuja expressão mais visível foram os pactos de unidade sindical formados em várias regiões do País e a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a central sindical nacional que liderou a luta dos trabalhadores até a deposição do presidente João Goulart.

O golpe militar significou uma profunda derrota para o sindicalismo classista e para as forças populares. A ditadura militar cassou ou prendeu milhares de dirigentes sindicais, realizou intervenção nos sindicatos e reprimiu de maneira permanente toda tentativa de organização dos trabalhadores. Nesse ambiente, prosperou novamente no meio sindical o *sindicalismo amarelo*, avesso à organização dos trabalhadores. Na

²⁷ Essa seção contém largas passagens do ensaio A tragédia da social-democracia retardatária no Brasil, em função de sua atualidade.

prática, os sindicatos foram transformados em organizações assistencialistas, burocráticas e com dirigentes *pelegos*, mais interessados nas vantagens pessoais que o cargo proporcionava que na luta dos trabalhadores.

Somente mais de uma década após a implantação da ditadura, excetuando as greves de Osasco e Contagem em 1968, ocorreu a retomada do movimento operário, a partir das greves de São Bernardo do Campo. No entanto, essas lutas se processaram num cenário em que a polícia política já tinha conseguido desbaratar as organizações de base que os comunistas tinham construído nas grandes empresas do ABC no início da década de 70. Portanto, a retomada do movimento operário prosperou sob o comando de uma liderança operária distanciada da história e da ideologia marxista, o que vai resultar na enorme crise do Partido dos Trabalhadores e da CUT vinte anos depois.

O movimento operário que nasceu das lutas de São Bernardo e do resto do País tinha uma característica muito acentuada de espontaneidade. A grande maioria de sua liderança não tivera vínculo com as lutas históricas do proletariado brasileiro. Portanto, não estava testada nas batalhas de classe, não tinha a ideologia vinculada ao proletariado nem ao marxismo. Eram operários combativos, honestos, mas sem ideologia, apenas com indignação e um forte sentimento de justiça social. Além disso, por falta de tradição, era um tipo de liderança operária avessa ao estudo e às tradições de classe, características diferentes do período anterior. Eram resultado do modelo econômico da ditadura, mas não poderiam significar sua antítese, se não se envolvessem com a ideologia proletária. Tornaram-se basicamente uma vanguarda sindical, com os limites e impossibilidades do próprio movimento sindical.

Além disso, um outro fator político também contribuiu para que não se gestasse no País uma liderança operária classista e ideológica. Muitos agrupamentos políticos e religiosos se aproximaram do movimento operário em ascensão e buscaram confrontá-lo com a história e a tradição de luta do Partido Comunista Brasileiro, tentando transformar o PCB num inimigo dos trabalhadores, num entulho a ser removido da vida política brasileira. Para esses agrupamentos, era necessário construir uma cultura na qual o movimento operário se confundia com o movimento grevista do ABC.

Valia tudo para alijar o PCB do movimento social: a calúnia, o envenenamento anti-comunista das novas gerações de lutadores e até mesmo a falsificação da história. Procurava-se espertamente varrer da memória tudo aquilo que tinha sido feito no passado, afinal não era bom que as novas gerações soubessem que o PCB estivera por trás das maiores batalhas e conquistas dos trabalhadores até então e tinha produzidos os maiores heróis da classe operária no século XX. Por isso, construíram uma “nova história”, na qual o movimento operário teria começado com as greves em São Bernardo do Campo. Negando a história, terminaram negando-se também e, ao negar-se, não construíram raízes, passaram a flutuar ideologicamente no vácuo.

O terreno era fértil para esse discurso e, muitas vezes, o próprio PCB, com sua política equivocada a partir da volta do Comitê Central do exílio com a anistia, contribuiu para que essas falsificações vicejassem entre aquelas lideranças inexperientes, deslumbradas com seu próprio êxito e aduladas pela pequena burguesia radicalizada. Para os alpinistas revolucionários, os ultra-esquerdistas, escolados na derrota recente ou no gueto, a carona do movimento operário era um momento especial de se vingar do velho Partidão, com o qual todos tinham profundas divergências políticas ou ideológicas. Essa visão era funcional, pois retirava de cena o principal protagonista das lutas operárias no Brasil.

Quem eram os personagens que tanto influenciaram as novas gerações de lideranças operárias surgidas com as greves do ABC? Fundamentalmente, os agrupamentos políticos que pegaram carona no movimento operário e depois fundaram o PT e Central Única dos Trabalhadores (CUT) eram constituídos, de um lado, por militantes trotskistas, que sempre carregaram consigo o complexo de pigmeu e agora viam a possibilidade de crescer organicamente e ajustar as contas com o PCB; de outro, velhos camaradas sobreviventes da luta armada, que saíram magoados com o Partido porque este não os acompanhou na decisão de seguir esta forma de luta; tinha ainda a esquerda católica, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base, formadas sornateiramente no anticomunismo com ares de esquerda terceiro-mundista. Por último, não se pode deixar de falar nos setores da pequena burguesia radicalizada que encontraram no PT um instrumento especial para exorcizar a sua má consciência.

Entretanto, ao analisarmos objetivamente o comportamento desses agrupamentos políticos ou religiosos, não se pode deixar de levar em conta que eram companheiros que, apesar de posição anti-PCB, estavam sinceramente querendo impulsionar a luta de classes e organizar os trabalhadores, muitos até desejavam o socialismo como horizonte do povo brasileiro. Na ânsia de cumprir essa tarefa esqueceram-se das lições do passado e formaram uma geração de lideranças operárias desossadas ideologicamente, despreparadas para os embates classistas e, conseqüentemente, frágeis ideologicamente, portanto permeáveis aos encantamentos do sistema burguês. Era uma tragédia anunciada, que se consumou muito antes do que se esperava.

Que ensinamentos a esquerda revolucionária pode tirar desse episódio? A primeira lição a tirar da tragédia da social-democracia retardatária é o fato de que não se constrói nenhuma vanguarda operária fora do campo do marxismo e da ideologia proletária. Tentar uma construção fora desse espaço teórico é apostar na frustração e no fracasso político, como ficou demonstrado no Brasil. A conseqüência dessa primeira constatação é o fato de que lideranças operárias, sem ideologia operária, terminam envolvidas pela ideologia das classes dominantes e passam a realizar, na prática, uma política contra a sua própria classe. E quando realizam a política da classe dominante, o fazem com a autoridade de representantes dos trabalhadores, o que não só confunde os trabalhadores como torna mais difícil a luta contra a política que desenvolvem.

O domínio dos 25 anos da social-democracia retardatária contribuiu enormemente para a despolitização e o descrédito dos trabalhadores e da população em geral com relação à política. Nivelaram por baixo a educação popular e rebaixaram o discurso político aos atos de pragmatismo. Prestaram um grande desserviço às forças de esquerdas, que têm toda uma história ligada à coerência e aos valores éticos, e contribuíram para que as forças de direita pudessem emergir dessa crise como paladinos da moralidade. Se olharmos do ponto de vista dos milhares e milhares de lutadores sociais e políticos que se puseram em movimento com a ascensão das lutas operárias de 1978 em diante, o resultado global do desempenho desta social-democracia foi frustrante e retirou de cena muitos daqueles militantes menos preparados que acreditaram no PT e que se sentiram traídos com a crise atual.

Em outras palavras, o desfecho da crise do Partido dos Trabalhadores gerou uma enorme dispersão momentânea na militância social e política, mas com certeza haverá uma reorganização de forças num patamar superior no futuro, pois a trágica experiência do PT será por muito tempo um mau exemplo que não deverá ser seguido por nenhuma organização que queira realizar as transformações no Brasil. O tempo de incerteza, de refluxo e desorganização não será muito longo, pois a conjuntura e os próprios trabalhadores irão reclamar uma nova vanguarda que responda às suas necessidades históricas. Portanto, mais uma vez está colocada no Brasil a questão da vanguarda revolucionária, como aconteceu em 1922 e 1980.

4. A crise do neoliberalismo e as perspectivas da revolução

Se observarmos do ponto de vista mais global, poderemos avaliar que a crise sistêmica global colocou em cheque todos os postulados do neoliberalismo, como o livre mercado, a retirada do Estado da economia, a iniciativa privada como gestora eficiente da economia, a desregulamentação e todo um conjunto de derivações secundárias oriundas do pensamento único. Os mais empedernidos fundamentalistas defensores da política neoliberal não tiveram cerimônia de apelar ao Estado, justamente o instrumento que estes queriam foram da economia, para salvar as empresas privadas (bancos, fundos e empresas em geral) do colapso econômico gerado pela própria política neoliberal. A crise expôs as vísceras de um sistema de pensamento e uma política de Estado que acelerou a detonação da crise, ao mesmo tempo em que colocou a humanidade diante da tarefa de busca uma outra alternativa para a ordem econômica internacional.

Além disso, o neoliberalismo produziu nos últimos 30 anos uma das maiores catástrofes sociais da história moderna, com o aumento da concentração de renda em todo o planeta, queda no padrão de vida da maioria da população mundial, aumento da pobreza tanto nos países ricos quanto seu aprofundamento nas regiões onde esta já era endêmica, redução dos serviços sociais básicos, a redução dos salários, dos direitos e garantias dos trabalhadores, da barbárie social, além de uma regressividade histórica nas relações capital-trabalho. Mais recentemente, em função da crise, os remanescentes da política neoliberal, ainda não derrotadas nos países centrais, estão impondo aos povos, especialmente da

Europa, ajustes predatórios que se foram efetivamente implementados reduzirão as conquistas sociais obtidas após a Segunda Guerra Mundial à cinzas. Por isso mesmo, está sendo contestado em várias partes do mundo, muito embora as lutas ainda estejam sendo realizadas num patamar de expressiva espontaneidade.

Com a crise e a redução das condições para impor sua hegemonia por consenso, o imperialismo, especialmente o norte-americano, vem aumentando de maneira acelerada sua agressividade, mediante a promoção de guerras contra os países que não se subordinaram aos seus interesses, como na Iugoslávia, no Iraque e no Afeganistão e, mais recentemente, na Líbia e na Síria, além das provocações permanentes contra o Irã. Essas guerras tem o objetivo não só de recompor os estoques de armamentos do complexo industrial militar e, assim buscar uma retomada do crescimento econômico puxada pela indústria armamentista, mas especialmente controlar as fontes de um dos principais recursos dos países do Oriente Médio, que é o petróleo.

No que se refere à América Latina podemos dizer que esta região vive atualmente uma contra-ofensiva popular, após longos anos de hegemonia neoliberal. Esta contra-ofensiva não se expressa de maneira linear como pretende uma certa esquerda mecanicista. Em alguns momentos, toma a forma de insurreição popular, como as duas vezes em que ocorreu na Bolívia e no Equador e uma vez na Argentina; em outras ocasiões se expressa no rico processo da revolução bolivariana, que se inicia com uma vitória eleitoral, se aprofunda com a reversão do golpe de direita contra Chavez e na derrota do *lock out* promovido pelos setores gerenciais da PDVESA e amplia as possibilidades com o plebiscito revogatório, a radicalização do movimento de massas venezuelano e as sucessivas vitórias eleitorais de Chavez; Em outros momentos, esta contra-ofensiva se expressa pela via puramente eleitoral, como a vitória de Lula no Brasil, período em que a população acreditara que este faria um governo de mudanças. Ou ainda na vitória dos Kirchner, na Argentina, ou Tabaré Vasquez e Mojica, no Uruguai ou Daniel Ortega na Nicarágua e Rafael Correa no Equador.

Todos esses acontecimentos, vistos globalmente e respeitados os seus devidos graus de organização ou mobilização, fazem parte de um movimento maior de contra-ofensiva popular na região. A prova mais contundente desse processo é o fato de que o neoliberalismo perdeu a

iniciativa política, não consegue mais o envolvimento manipulatório que conseguiu nos seus primeiros anos, quando o mercado se transformou num semideus, tanto para os setores mais pobres até os mais ricos da sociedade e o pensamento único ditava as regras de comportamento. Em outros termos, há um avanço da consciência popular contra o neoliberalismo, apesar desta política ainda ter fortes posições no interior do Estado em vários países, mesmo naqueles em que a população se mobilizou ou votou por mudanças. O desenvolvimento da luta social e política, especialmente agora com a crise sistêmica global, vai colocando cada vez mais para o movimento popular a necessidade de busca de um caminho alternativo para a região.

Quais as possibilidades de reconstrução da vanguarda revolucionária no Brasil após a crise do PT e diante da crise global? Primeiro, é necessário analisar o destino do principal agente da crise, o Partido dos Trabalhadores. Em nossa opinião, o PT perdeu a legitimação e a autoridade política, enquanto possibilidade histórica. Não conseguirá mais representar por muito tempo os movimentos sociais que ainda representa, nem se apresentar como reserva moral e ética, que era um patrimônio da esquerda, porque a crise lhe usurpou a aura e a alma enquanto organização dos trabalhadores. Seus dirigentes se nivelaram aos demais políticos tradicionais. Poderá até sobreviver ainda por bastante tempo como partido eleitoral, utilizando-se dos mesmos métodos que os partidos tradicionais, mas nunca mais como representante do proletariado brasileiro.

Essa análise nos leva à constatação de que os movimentos sociais ligados ao PT ainda levarão algum tempo para buscar novas alternativas, uma vez que não completaram ainda sua experiência com esta organização. Mas a crise poderá abreviar esse aprendizado, uma vez que é exatamente na crise que se revelam os verdadeiras práticas sociais e políticas dos partidos e organizações sociais. Portanto, se levarmos em consideração os movimentos contestatórios embrionários dos trabalhadores, como a greve dos trabalhadores do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) nos mais distantes rincões do País, a greve de setores mais organizados como metalúrgicos, bancários, servidores públicos, professores universitários, entre outros, ocorridos recentemente poderemos avaliar que a luta social está saindo do estado de letargia, para um outro estágio de ascenso progressivo da luta dos trabalhadores no País.

Ao contrário do que se possa imaginar, está se abrindo uma imensa avenida para a retomada do movimento social no Brasil. Alguns elementos de recomposição do movimento social já estão se estruturando embrionariamente, quer a partir do rompimento com a CUT como ocorreu com os ativistas ligados à atual CONLUTAS, quanto àqueles ligados à INTERSINDICAL e à Corrente Sindical Classista que, apesar de ser impulsionada pelo PC do B, possui elementos classistas em sua trajetória. Além da CUT, é importante também avaliarmos outro importante ator político nascido com a ascensão do movimento de massas a partir do final da década de 70. Trata-se do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Das três grandes instituições nascidas desse processo, duas (a CUT e o PT) já perderam a perspectiva da luta pelas transformações sociais. Resta ao MST definir seu papel nesse novo ciclo que se abriu com a crise de 2005 e que agora com a crise tende a acirrar a luta de classes.

Até agora o MST apoiou criticamente o governo Lula e, nas últimas eleições, apoiou abertamente a eleição de Dilma. No entanto, diante da política do governo de não atender as reivindicações mínimas do MST, esta organização, mais cedo ou mais tarde, deverá tomar uma posição mais clara em relação à conjuntura: ou continua apoiando criticamente o governo e perde seu capital político conquistado com sangue e luta, ou coloca-se abertamente no campo da oposição, formando com as forças revolucionárias o Bloco Histórico do Proletariado. A conjuntura não vai esperar muito tempo para cobrar uma definição do MST.

De qualquer forma, os rearranjos que ocorreram no interior dos movimentos sociais são produto da crise instaurada em 2005 e, com o acirramento da luta de classes em função da crise global, a tendência é a emergência de novos atores sociais com capacidade de construir plataformas que possam galvanizar novamente uma perspectiva classista para os trabalhadores. Vale ressaltar que as crises estão configuradas dentro da dialética social e política. Se por um lado provocam, como no caso do Brasil, um grande estrago no patrimônio da esquerda, por outro, abrem também enormes possibilidades para os lutadores sociais e políticos e para a construção de uma perspectiva revolucionária. Afinal, os tempos de calma são caracterizados por gerarem poucas novidades, enquanto as crises são as responsáveis pelas grandes mudanças. Todas as grandes transformações, todas as grandes mudanças foram gestadas nos períodos grandes crises.

Portanto, o momento está maduro para a reflexão e ousadia política. Torna-se mais do que necessária a elaboração de um projeto alternativo, a ser construído por um novo bloco histórico de forças sociais e para um novo ciclo da esquerda no País, de forma que possa colocar novamente o povo em movimento. Esta é a tarefa de agora em diante: reagrupar as forças revolucionárias em torno de um partido que tenha capacidade de cumprir as tarefas da revolução brasileira.

Edmilson Costa é doutor em Economia pela Unicamp, com pós-doutorado na mesma instituição. É autor, entre outros, de A globalização e o capitalismo contemporâneo (Expressão Popular, 2009), Um projeto para o Brasil (Tecno-Científica, 1998), A política salarial no Brasil (Boitempo, 1997/07) e Crise Econômica Mundial, Globalização e o Brasil (no prelo, Expressão Popular). Professor universitário, é diretor de pesquisa do Instituto Caio Prado Junior e um dos editores da revista Novos Temas. É também membro da Comissão Política do Comitê Central do PCB.

**Dívida interna(1), pagamentos de juros e recursos
para o Bolsa Família – 2004– 2010 (R\$ bilhões)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Divida Interna	810.2	979.6	1.093.4	1.224.8	1.264.8	1.398.4	1.603.9
Juros nominais	128.2	157.1	160.0	162.5	165.5	171.0	195.3
Receitas do governo	419.6	488.3	543.2	618.8	716.6	569.8	719.5
Recursos para o Bolsa Família	3.8	5.5	7.6	9.2	10.9	12.5	13.4

Fonte: Relatório do Banco Central, 2006 e 2011 – Ministério do Desenvolvimento Social (elaboração do Autor)

1 – Títulos fora do Banco Central